



DIAGNÓSTICO DO ACESSO À ÁGUA NA MICRORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES - AM

Luís Alberto Miranda Goveia¹
Joelly de Souza Mota²

Resumo

Regra: O saneamento básico é um dos principais serviços públicos que promovem a qualidade de vida, principalmente nos ambientes urbanos, permitindo o desenvolvimento econômico e social da população. Os investimentos neste setor justificam-se, entre outros motivos, para a redução dos problemas relacionados à saúde. O objetivo deste trabalho é realizar um diagnóstico do acesso à água nos municípios da microrregião do Alto Solimões no Amazonas, de acordo com dados secundários oficiais relacionando com o quadro de forte desigualdade regional do país em relação à distribuição de água. Realizou-se uma abordagem descritiva, numa perspectiva quantitativa sobre a realidade do acesso à água. Através da revisão bibliográfica e dos dados secundários, evidenciou-se que no Alto Solimões há grande precariedade no serviço de saneamento básico, com baixos índices de acesso à água assemelhando-se aos dados macrorregionais da região Norte. O contexto sanitário da microrregião aponta para uma grave situação de vulnerabilidade de suas populações, indicando a necessidade de maiores investimentos no setor.

Palavras-chave: Saneamento Básico; Acesso à água; Alto Solimões.

¹Prof. Me. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas campus Tabatinga. – Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão. luis.miranda@ifam.edu.br.

²Discente do Curso Técnico de nível Médio em Meio Ambiente. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas campus Tabatinga. – Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão. jjoellymota@gmail.com



INTRODUÇÃO

O saneamento básico é um dos principais serviços públicos que promovem a qualidade de vida, principalmente nos ambientes urbanos, permitindo o desenvolvimento econômico e social da população. Os investimentos neste setor justificam-se, entre outros motivos, para a redução dos problemas relacionados à saúde.

Nesse contexto, a distribuição de água de qualidade e na quantidade necessária aparece como indispensável para a condição do bem-estar humano. A água não tratada contribui para a disseminação de doenças de veiculação hídrica e seu armazenamento inadequado, sua distribuição irregular e as dificuldades de acesso prejudicam a manutenção dos hábitos de higiene que podem prevenir doenças.

O objetivo deste trabalho é realizar um diagnóstico do acesso à água nos municípios da microrregião do Alto Solimões no Amazonas, de acordo com dados secundários oficiais relacionando com o quadro de forte desigualdade regional do país em relação à distribuição de água.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva por ter como objetivo a descrição do acesso à água na microrregião do Alto Solimões – AM. Quanto aos procedimentos metodológicos, baseamo-nos na revisão bibliográfica, através de consultas a livros e artigos científicos encontrados através de buscas no Portal de Periódicos da Capes e do *Google Scholar*. Através de uma abordagem quantitativa, foi realizada pesquisa documental utilizando-se os dados secundários da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (2017) do IBGE e sobre atendimento de água à população, oferecidos pela pesquisa Sistema Nacional de Saneamento Básico do Ministério do Desenvolvimento Regional, no período 2016-2019. Para os municípios sem registro em nenhum dos anos do período citado, foram adotadas as estimativas apresentadas no Plano Estadual De Recursos Hídricos do Amazonas PERH/AM (AMAZONAS, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A água é muito importante para o consumo humano, pois é essencial para os afazeres sociais. Além de ofertada, é necessário que seja de boa qualidade e isso começa com a proteção das fontes de água (superficial e subterrânea), seu tratamento antes da distribuição e a garantia de que ela seja armazenada em recipientes limpos e cobertos.

A quantidade e qualidade de água disponível para uso doméstico influencia diretamente nas práticas básicas de higiene pessoal, domiciliar e na preparação de alimentos. De acordo com Cumming et al., (2014 apud FRANÇA, 2020, p. 11):

Acredita-se que até 6,6% da carga global de doenças é atribuível à falta de água, saneamento e higiene, uma problemática fortemente encontrada em contextos de baixa renda. Nesse contexto, o reconhecimento do acesso a água e saneamento suficientes e seguros foi reconhecido como um direito humano.

O cenário apontado acima confirma os prejuízos para a saúde humana, da ineficiência na disponibilização da água em qualidade e quantidades adequadas. Apesar da importância do acesso à água, dados do Instituto Trata Brasil, apontam que cerca de 35 milhões de brasileiros não podem lavar as mãos por não terem acesso à água, sendo que apenas 57,05% da população da Região Norte é abastecida com água tratada (ITB, 2020).

Apesar do crescimento nos percentuais de abastecimento de água na escala nacional, ainda se verifica grandes desigualdades regionais no Brasil. A PNSB 2017 constatou que a região Sudeste continua sendo a macrorregião brasileira com maior percentual de domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água com 97%, seguida pelas regiões Sul (93,3%) e Centro-Oeste (90,9%). As regiões Nordeste e Norte são as que apresentam os menores percentuais de domicílios abastecidos por sistemas de água. Enquanto a região Nordeste tem 73,4%, no Norte não chega à metade do total de domicílios (47,6%) (IBGE, 2020).

Outro dado relevante na compreensão do acesso à água no Brasil, é apresentado pela diagnóstico do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional que aponta que o Índice de Atendimento Total de Água no Brasil em 2019 foi de 83,72% (BRASIL, 2019). Este indicador revela a parcela da população total que é atendida por rede de abastecimento de água, segundo as informações



fornecidas pelo prestador do serviço no município. No Amazonas, o Índice de Atendimento Total de Água foi de 87,58%, mas com grandes desequilíbrios tanto entre a região metropolitana e o interior, quanto entre as áreas urbanas e rurais.

No interior do estado do Amazonas, na microrregião do Alto Solimões, verifica-se que há grande precariedade no acesso à água (Tabela 1), corroborando os dados macrorregionais. Tal situação confirma a contradição entre a rica disponibilidade de água da bacia Amazônica e os dados de abastecimento residencial de água.

Conforme os dados apresentados na tabela 1, percebe-se que, com exceção do município de Fonte Boa, que é destaque com quase 98% de sua população atendida pela rede de abastecimento de água, a região apresenta índices preocupantes.

Tabela 1. Índice de Atendimento Total de Água nos Municípios do Alto Solimões-AM

Municípios	Índice
Amaturá	52,39% **
Atalaia do Norte	32,8% ***
Benjamin Constant	42,70% *
Fonte Boa	97,8% ****
Jutaí	59,4% ****
Santo Antônio do Içá	18,39% ***
São Paulo de Olivença	32,70% *
Tabatinga	32,94% *
Tonantins	52,4% **
Média Regional	46,83%

Fonte: *SNIS (BRASIL, 2019); **SNIS-2017 (BRASIL, 2019); ***SNIS-2016 (BRASIL, 2018); Plano Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas PERH/AM (AMAZONAS, 2019).

O município de Jutaí, apesar de ter o segundo melhor índice, tem menos de 60% de sua população atendida, seguido por Tonantins e Amaturá (52,4% e 52,39%, respectivamente). Dentre os outros cinco municípios da região, nenhum deles atingiu metade da população atendida por rede de abastecimento de água, com destaque negativo para Santo Antônio do Içá (18,39%).

A média de atendimento de água da população da microrregião do Alto Solimões não chega a 50%, caracterizando-se como um cenário alarmante. Como apontado, a precariedade no acesso à água na região indica um quadro de vulnerabilidade das populações, ampliando os riscos de disseminação de doenças relacionadas à água, conforme

Razzolini e Günther (2008).

Para Razzolini e Günther, o “não acesso à água potável e segura ou o acesso de forma intermitente compromete os usos menos imediatos e as condições de higiene” (RAZZOLINI, GÜNTHER, 2008, p.24). As populações não abastecidas de água por rede geral buscarão alternativas que podem não apresentar as qualidades necessárias para uso e consumo humano.

De forma geral, os municípios do Alto Solimões apresentam índices bem abaixo da média nacional e estadual, no que se refere ao abastecimento de água, evidenciando uma situação de vulnerabilidade, principalmente relacionada aos possíveis impactos no contexto de saúde-doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um direito humano ter acesso à água, que garanta o saneamento e a higiene, tendo em vista que são indispensáveis para a saúde humana. Contudo, as pesquisas sobre saneamento no Brasil confirmam que dentre as grandes regiões, o Norte, é o que apresenta maior precariedade na oferta desse serviço. Essa realidade confirma o paradoxo de região das águas, graças à sua abundante rede hidrográfica, mas sem garantir à população o acesso ao necessário e precioso recurso. Na microrregião do Alto Solimões apenas um município garante índices satisfatórios de acesso à água à sua população. De forma geral, há grande precariedade no abastecimento de água na região. Tais condições expõe a situação de vulnerabilidade da população regional, principalmente quando se considera fatores como a qualidade de vida e processo saúde-doença.

Mesmo diante dos compromissos firmados pelo Brasil, os dados expostos ao longo do texto indicam uma situação de grave desigualdade regional, com precárias condições de saneamento de forma geral, e de água em particular na região Norte. A sistematização dos dados da Microrregião do Alto Solimões situado no interior do Amazonas confirmam o cenário macrorregional evidenciando a necessidade de maiores investimentos na rede de abastecimento de água e de políticas públicas para ampliação do acesso à água que visem cumprir com os objetivos de universalização desse direito.



AGRADECIMENTOS

Este trabalho tem sido realizado através da oferta de bolsa do Programa de Iniciação Científica PIBIC-Jr e desta forma agradecemos à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PPGI do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM. Agradecemos também o auxílio à pesquisa oferecida pelo IFAM campus Tabatinga.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. **Plano Estadual De Recursos Hídricos do Amazonas PERH/AM: Relatório Técnico RT 03 - Diagnóstico, Prognóstico e Cenários Futuros dos Recursos Hídricos do Estado.** 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2018.** Brasília: SNS/MDR. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2017.** Brasília: SNS/MDR, 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2016.** Brasília: SNSA/MCIDADES, 2018.

FRANÇA, Samara Avelino de Souza. A importância do direito à água e ao saneamento para o combate à Covid-19. In: **Paper do NAEA**, Volume 29, Nº 1 (Dossiê Crise e Pandemia), 2020. <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v29i1.8769>. Acesso em 20 de junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017: abastecimento de água e esgotamento sanitário.** Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2020a.

INSTITUTO TRATA BRASIL - ITB. **Água.** 2020. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/agua>>. Acesso em 20 de junho de 2020.

RAZZOLINI, Maria. Tereza; GÜNTHER, Wanda. Impactos na Saúde das Deficiências de Acesso a Água. **Saúde Soc.** São Paulo, 17 (1), p.21-32. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000100003>. Acesso em 20 jun. 2020.